

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aneel aprova primeiros reajustes que abrem acesso à “Conta Covid”	2
Título: Curta.....	3
Título: Transição energética no pós-pandemia.....	4
Título: Curtas	6
Título: Siderúrgica Simec cresce com aquisições	7
Título: ArcelorMittal diz que meta de carbono da UE custará >euro< 65 bi	9
Título: BR vê boas oportunidades com abertura do refino.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Desembargador revoga pedido de prisão de ex-ministro e ex-deputado.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Ex-ministro de Lula é alvo de pedido de prisão da Lava Jato	14
Título: Garimpos avançam sobre unidades de conservação e Terras Indígenas	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Por Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Aneel aprova primeiros reajustes que abrem acesso à “Conta Covid”**

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem os primeiros reajustes tarifários que permitem o acesso de distribuidoras a parte do montante de R\$ 16,1 bilhões oferecido pela “Conta Covid”. O mecanismo, regulamentado esta semana pela agência, foi criado pelo governo para socorrer o setor e aliviar o consumidor de aumento na conta de luz durante a pandemia.

Com a decisão da Aneel, perto de R\$ 536,3 milhões foram liberados para a Copel e R\$ 2,6 milhões para a Cotel, pequena distribuidora que atende a cidade paranaense de Campo Largo.

Os recursos da “Conta Covid” serão disponibilizados na forma de financiamento oferecido por um sindicato de bancos, públicos e privados, liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A operação abastecerá o caixa das distribuidoras que enfrentam dificuldade com a perda de receita causada pela queda na demanda por energia e inadimplência dos consumidores.

Ontem, a Aneel concedeu o aumento tarifário médio de 0,41% para a Copel. O reajuste será aplicado ao consumo registrado desde a última terça-feira para 4.749 clientes de 394 municípios do Paraná. A Cotel aplicará o aumento médio de 0,58% para 52,4 mil unidades consumidoras.

De acordo com a agência, a liberação de recursos foi capaz de conter a alta de 5,35% nas tarifas definidas para a Copel. Com o índice médio que foi aprovado, a companhia aplicará o aumento de apenas 1,13% na tarifa dos consumidores industriais (alta tensão) e 0,05% nas contas de luz dos consumidores residenciais e de pequenos estabelecimentos comerciais (baixa tensão).

A atenuação do aumento das contas de luz só será possível graças à diluição do impacto de custos ao longo dos 60 meses de prazo para a amortização dos empréstimos. O pagamento das parcelas será sentido pelos consumidores nos reajustes tarifários a partir de 2021.

Uma solução semelhante foi adotada na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff para conter o alto custo do despacho das usinas térmicas durante a crise hídrica que atingiu o país. Agora, o governo alega que as condições são totalmente diferentes. Isso porque o custo será menor com a taxa Selic a 2,25%, pois os

bancos devem ser remunerados pela taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais spread.

Na tarde de ontem, a Cemig também contou com a análise do seu processo de reajuste tarifário, que ainda não previu o uso de recursos da "Conta Covid". Com isso, 8,5 milhões de clientes de Minas Gerais terão o aumento médio de 4,27% nas contas de luz.

O reajuste ocorreu com atraso de um mês em razão de controversa sobre a aplicação de desconto relacionado à devolução de créditos tributários federais (PIS e Cofins) no valor de R\$ 800 milhões. A questão foi pacificada recentemente por decisão judicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Os setores de energia e transporte/logística no Brasil são os únicos que demonstravam em junho um "pulso" de retomada após o choque da covid-19 superior à média de outros oito países analisados pela consultoria Boston Consulting Group (BCG). A BCG criou índices para monitorar nove grandes setores produtivos, além das atividades de consumo, de nove países, a partir da captação de dados semanais de mais de cem fontes. Além do Brasil, o BCG acompanha números para Estados Unidos, Europa (França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido), Japão e China. Os índices dos setores produtivos agregam dados de confiança, financeiros, de empregabilidade, entre outros. Já o indicador de consumo engloba informações sobre taxa de mobilidade e gastos no cartão de crédito, por exemplo. No "estado de normalidade", cada índice valeria 100. Números abaixo disso indicam que a atividade está aquém do normal. Para os setores produtivos, o "estado normal" corresponde àquele captado em igual período do ano passado. Já o indicador de consumo tem como base o desempenho em fevereiro de 2020. Na média dos países, o índice do setor de energia é 90, mas no Brasil estava em 95 até 15 de junho. Já o segmento de transportes e logística tinha um índice médio de 80, mas, no Brasil, registrou 85 - o que ainda é considerado um patamar fraco. O BCG afirma que o impacto da crise da covid-19 é especialmente mais intenso no Brasil para o setor de transporte/logística devido à queda nas importações e exportações. Mas nos países europeus e no Japão o índice estava ainda pior, em 75.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/06/2020****Seção: Opinião****Autor: Por William Nozaki****Título: Transição energética no pós-pandemia**

O coronavírus criou uma crise global sem precedentes: o setor de energia tem sido afetado intensamente com o desaquecimento das atividades econômicas e com a redução dos fluxos de comércio, transporte e pessoas. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), os países em isolamento social integral têm sofrido um declínio de 25% na demanda de energia, enquanto os países em situação de distanciamento social parcial têm tido uma queda de cerca de 18% no consumo energético. O efeito colateral positivo é que as projeções indicam uma redução de 8% nas emissões globais de CO₂.

A recuperação econômica lenta e progressiva pode colocar a eletricidade gerada a partir de fontes de baixo carbono à frente do carvão em todo o mundo. Em 2020, enquanto a geração de energia renovável pode crescer 40%, a geração de energia por carvão deve diminuir 10%. As energias renováveis podem atingir os níveis mais altos de produção e distribuição, com destaque para a eólica e a solar, que tiveram inúmeros projetos iniciados nos últimos anos.

Merece atenção a movimentação de fundos soberanos e outros investidores do setor petrolífero. O fundo da Noruega abandonará energias fósseis. Os dos sauditas e Emirados Árabes elevaram suas fatias acionárias em empresas de carros híbridos e elétricos

O papel das “majors” petroleiras é fundamental nesse processo. Embora os hidrocarbonetos sejam responsáveis por parte relevante das emissões de gases do efeito estufa, a indústria de petróleo é uma das que mais investe em fontes de energia limpa, além de ser grande produtora de gás natural, recurso fundamental para a transição energética, dado seu menor potencial poluente quando comparado ao do petróleo.

Uma nova matriz energética global é cada vez mais desejável, mas, sem considerar o papel estratégico das petroleiras nessa trajetória esse percurso se torna inexequível. Daí a importância de se acompanhar os desdobramentos dessa agenda no setor dos hidrocarbonetos, onde os sinais de mudança começam a aparecer, mas ainda com ambivalências.

Em maio, um conjunto de CEOs da indústria de óleo e gás assinaram uma carta aberta apoiando a Iniciativa Climática do Setor de Óleo e Gás (OGCI), comprometendo-se a acelerar os esforços para a redução na emissão de CO₂, investir em inovações de baixo carbono e apoiar as políticas governamentais de transição energética. Nesse mesmo mês, entretanto, o avanço da crise indicou uma redução de 20% dos investimentos do setor de energia - cerca de US\$ 400 bilhões deixarão de ser gastos.

A indústria petrolífera, sozinha, responde pela queda de 60% desse montante, de modo que se espera que o investimento contínuo em projetos de energias renováveis também diminua este ano, cerca de 10%. O que evidencia como esse ambiente tem levado a desdobramentos ainda incertos.

Dada a queda histórica no preço do barril de petróleo, as empresas do setor passaram a adotar planos de resiliência e ajustes financeiros e operacionais. Os países com empresas especializadas passaram a sofrer mais intensamente com a redução na demanda por QAV, óleo diesel e gasolina provocada pela pandemia, e essas empresas provavelmente terão menores condições de se somar ao esforço global pelo desenvolvimento energético sustentável.

Já os países com empresas verticalizadas têm podido aproveitar melhor algumas oportunidades abertas nos segmentos de gás, petroquímicos e bunker oil, comparativamente menos impactados pela crise; essas empresas, por seu turno, poderão potencialmente disputar um papel central mesmo em um mundo pós-petrolífero.

Vale notar que nenhuma dessas movimentações tem relação com a suposta escassez geológica do petróleo medida pela imprecisa curva do peak oil, mas sim com oportunidades econômicas.

Além disso, merece atenção a movimentação de fundos soberanos e outros investidores institucionais do setor petrolífero. Nos últimos meses, o Fundo Soberano Norueguês anunciou sua retirada do segmento de energias fósseis e a ampliação de investimentos em energias limpas; o Fundo Soberano da Arábia Saudita (FIP) e o Fundo Soberano dos Emirados Árabes (Mubadala) aumentaram sua fatia acionária em empresas de carros híbridos e elétricos, como a Lucid Motors e a Tesla. A presença de fundos soberanos e de arcabouços estatais mais sólidos coloca os países que dispõe desse tipo de instrumento na dianteira da transição energética. Mais ainda, em algumas empresas a pressão pela governança verde é crescente entre acionistas.

É importante destacar, no entanto, que, embora a oferta de automóveis alternativos aos hidrocarbonetos esteja crescendo aceleradamente, ela corresponde ainda a menos de 5% da venda de veículos nos EUA e na China.

Há muitas indefinições sobre a velocidade do processo de substituição. E como a velocidade de abastecimento desse tipo de veículo é mais lenta, ela tende a diminuir as margens do varejo e a desincentivar investimentos em redes de distribuição, e exatamente por isso esse movimento tem menos relação com avanços tecnológicos e mais com desafios econômicos.

Em suma, as incertezas sobre a transição energética ainda são muitas e dependem também de como irão se transformar os padrões de produção, circulação e consumo na economia de mercado pós-covid- 19. Mas, nesse cenário, reforça-se a importância da defesa da segurança energética nacional, a centralidade das energias limpas nos planos de recuperação e estímulo econômico dos países e o papel central das indústrias petrolíferas nessa agenda para os próximos anos.

William Nozaki é professor de economia e ciência política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (Ineep).

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/06/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

O presidente da Engie Brasil Energia (EBE), Eduardo Sattamini, afirmou ontem que a potencial aquisição da fatia remanescente na Transportadora Associada de Gás (TAG) já está equacionada no fluxo de caixa da empresa. “Temos caixa suficiente para compor a nossa participação nesses 10%”, disse, em teleconferência de resultados. No ano passado, a EBE, junto com sua controladora, a francesa Engie, e o fundo canadense Caisse de Dépôt e Placement du Québec (CDPQ), adquiriram 90% da ex-subsidiária da Petrobras dona de uma rede de 4,5 mil km de gasodutos, por cerca de US\$ 8,5 bilhões. Em maio, o conselho de administração da EBE aprovou a participação da companhia no processo aberto pela Petrobras para venda da fatia remanescente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Por Ivo Ribeiro — De São Paulo****Título: Siderúrgica Simec cresce com aquisições**

Ao completar cinco anos de produção de aço longo no Brasil, o grupo mexicano Simec se consolida como o terceiro maior produtor brasileiro nesse segmento, ocupando o lugar que por muito tempo foi do grupo Votorantim. Na semana passada, após meses de tratativas com herdeiro da família Salera, a Simec concluiu a compra da Itaunense, uma laminadora de vergalhões, barras e perfis situada em Itaúna (MG). O grupo do empresário itaunense Antônio Santos Salera faliu em 1999. No ano seguinte arrendou a usina para Belgo-Mineira (atual ArcelorMittal).

O valor do negócio não foi revelado, mas fontes do setor estimam que o montante a ser pago situou-se na faixa dos R\$ 100 milhões. Isso porque se trata de uma usina de aço antiga e de pequeno porte, e que requer investimentos em expansão e modernização. A laminação tem de 90 mil toneladas/ano.

Com essa aquisição, a Simec - companhia de capital aberto controlada por um grupo familiar de Guadalajara, Estado de Jalisco - passa a ter três unidades de produção no Brasil, localizadas em São Paulo (Pindamonhangaba), Espírito Santo (Cariacica) e Minas Gerais (Itaúna). Seu raio de atuação são os mercados do Sudeste, Sul, Centro-Oeste e parte do Nordeste.

A empresa passou a ter no país capacidade anual de fazer 1,1 milhão de toneladas de aço bruto, na forma de tarugos, e 850 mil toneladas de produtos laminados - barras, vergalhões, perfis leves, médios e pesados e fio-máquina.

De maio de 2018 até este mês, a Simec operava a Itaunense sob o regime de arrendamento. O contrato foi herdado da ArcelorMittal, que o repassou por imposição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ao aprovar a compra da Votorantim Siderurgia. Na operação, a Simec também levou da ArcelorMittal a usina de Cariacica.

No ano passado, com o mercado nacional de aço ainda retraído, as três usinas da Simec produziram 672 mil toneladas de aço bruto e 662 mil de produtos laminados, conforme balanço do grupo publicado na Bolsa de Valores do México. As vendas de produtos finais, com destaque para vergalhões, foram de quase 700 mil toneladas.

A operação brasileira, com receita da ordem de R\$ 1,8 bilhão em 2019, foi a única que apresentou lucro, conforme a demonstração financeira - em torno de R\$ 72 milhões. Os negócios no México e nos EUA registraram prejuízos.

O grupo estreou no país com a instalação de uma siderúrgica tipo minimill, de 500 mil toneladas de capacidade, em Pindamonhangaba, para ofertar ao mercado local vergalhões e fio-maquina. O projeto teve investimento de cerca de US\$ 400 milhões. A Simec foi atraída pelo crescimento do consumo de aço no mercado brasileiro no fim da década passada, que perdurou até 2013.

A usina da GV do Brasil, nome adotado no país, foi erguida entre 2012 e meados de 2015. O início de produção ocorreu em junho daquele ano. A GV fez 30 mil toneladas de laminados até o fim de dezembro e comercializou 4 mil toneladas. A arrancada, de fato, da operação brasileira, se deu a partir de 2016, após estruturar uma rede de distribuição local.

Competindo diretamente com Gerdau e ArcelorMittal, além de Sinobras (Pará), Aço Verde Brasil (Maranhão), e a CSN, a mexicana tem uma parcela de mercado em aços longos comuns na faixa de 9%. Segundo o Instituto Aço Brasil, as vendas internas desse tipo de aço no país em 2019 foram de 7,65 milhões de toneladas.

Segundo pessoas próximas da companhia mexicana, os planos do grupo no Brasil são de ampliar a capacidade de produção das três usinas para estar pronta quando o mercado nacional se recuperar. Na Itaunense, por exemplo, com pouco investimento e mais um turno de trabalho, a previsão já é ir a cerca de 150 mil toneladas por ano. A matéria prima da usina (tarugos) é fornecida pela unidade de Cariacica.

Em Pindamonhangaba também se prevê ao menos 10% de ganho no volume. Para Cariacica, também há projeto de um novo laminador e aumento no atual, além de uma expansão na capacidade de aço bruto de 600 mil para 800 mil toneladas por ano. Com isso, a empresa praticamente duplica de tamanho no país desde que iniciou atividade em 2015.

O plano para uma unidade de produção de aços especiais - material voltado ao setor automotivo - foi congelado, uma vez que a produção de veículos, com a crise, deve demorar para voltar ao patamar de antes e depois para crescer. Uma usina dessa requer ao menos US\$ 400 milhões para uma capacidade de 500 mil toneladas. A Gerdau já atende esse mercado com duas unidades. O projeto estava sendo discutindo com o governo de Minas Gerais.

Fundado em Guadalajara em 1969, por três irmãos da família Vigil, o grupo Simec é oriundo da Companhia Siderúrgica de Guadalajara S.A. Atualmente,

opera 15 unidades siderúrgicas - sete no México (aços comuns, perfis estruturais e aços especiais), cinco nos EUA (de aços especiais), por meio da Republic Steel, e três no Brasil. Tem uma capacidade de produzir 5,78 milhões de toneladas de aço bruto e 4,9 milhões de produtos laminados.

No ano passado, a Simec fez 2,5 milhões de toneladas de aço (27% no Brasil) e volume semelhante de produtos finais para venda. O grupo registrou receita líquida equivalente a R\$ 7,25 bilhões, com um prejuízo consolidado da ordem de R\$ 348 milhões.

Com um perfil totalmente “low profile”, à frente da companhia está Rufino Vigil González, que é presidente executivo e do conselho. Todas as decisões na Simec passam pelo seu crivo. Antes da pandemia, vinha ao Brasil visitar as operações uma vez ao mês.

Desde 2004, o grupo teve um crescimento acelerado, em grande parte por meio de aquisições. A entrada nos EUA se de

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: ArcelorMittal diz que meta de carbono da UE custará >euro< 65 bi

A ArcelorMittal, maior companhia siderúrgica da Europa, alertou ontem que a “descarbonização” de suas operações lhe custará até € 65 bilhões e pediu financiamentos públicos para poder cumprir as metas de redução de carbono da União Europeia (UE).

Aditya Mittal, diretor financeiro, disse que a companhia possui o know-how para eliminar as emissões de gases do efeito estufa até 2050, mas precisa de apoio financeiro e um imposto sobre ajuste de fronteira sobre o carbono para fazer disso uma “realidade”.

“O apoio que a UE e os Estados-membros podem dar para tenhamos uma política bem elaborada para termos uma atividade siderúrgica em grande escala, competitiva e neutra em carbono é muito importante”, disse Mittal ontem, quando a companhia divulgou seu relatório de medidas contra a emissão de carbono.

As companhias siderúrgicas da Europa estão sob pressão para reduzir suas pegadas de carbono para atender a meta do Acordo Verde da UE para eliminação das emissões responsáveis pelo efeito estufa até 2050.

Mas ter de gastar bilhões de euros para cumprir com essas metas é algo que poderá pesar sobre os lucros, que já vêm sendo corroídos pela competição acirrada, principalmente as siderúrgicas chinesas.

Mittal afirmou que um imposto sobre o CO2 cobrado sobre as importações ajudaria a criar “igualdade de condições” para que sua empresa possa investir nas tecnologias necessárias para a redução das emissões.

“Delineamos exatamente o que acreditamos ser os possíveis caminhos tecnológicos que podemos adotar para reduzir a zero as emissões no setor”, afirmou Mittal. “Ao mesmo tempo, precisamos de apoio regulador para fazer dessas tecnologias uma realidade”, disse.

A União Europeia já alertou a China e outros grandes importadores que eles poderão ser afetados por um mecanismo de ajuste de fronteira sobre o carbono, se não respeitarem as metas climáticas internacionais.

O método tradicional de produção de ferro e suas ligas de aço mais duras, envolve a fundição de matérias-primas a temperaturas extremamente altas, um processo que basicamente não mudou em 150 anos. A indústria do ferro e do aço responde por cerca de 7% das emissões globais, segundo o centro de estudos The Energy Transitions Commission de Londres.

Os grandes altos-fornos dependem do coque, um combustível rico em carbono feito de carvão metalúrgico, para reduzir o minério de ferro a um metal líquido, que é refinado e transformado em aço.

O principal meio de reduzir a pegada de carbono da produção de aço via altos-fornos é usar um substituto para o carvão como agente redutor. Outro, é usar tecnologia de “fim de ciclo” para capturar e armazenar os gases do efeito estufa.

Uma alternativa bem-established de produzir aço através de minério de ferro virgem é a reciclagem de sucata em fornos de arcos elétricos, que consomem muita energia para derreter o metal.

A ArcelorMittal, que almeja uma redução inicial de 30% nas emissões até 2030, citou ontem duas rotas tecnológicas neutras em carbono, que segundo ela aumentariam seus custos de produção em algo entre 30% e 80%.

Uma delas, a “smart carbono” (carbono inteligente”), usa biomassa em vez de carbono, juntamente com eletricidade limpa e captura e armazenagem de carbono, para produzir aço ecológico. Uma opção mais cara é a redução direta do minério de ferro (DRI, na sigla em inglês), em que hidrogênio, em vez de gás natural, é usado como redutor.

A ArcelorMittal calcula o custo do emprego do carbono inteligente em € 15 bilhões a € 25 bilhões e o da DRI em € 30 bilhões a € 40 bilhões até 2050, sem contar os investimentos necessários em infraestrutura de energia limpa. São números enormes para uma empresa com um valor de mercado de apenas € 10 bilhões.

O grupo diz que a DRI tem um grande potencial, mas acredita que a produção em escala industrial não será possível antes de 2030. Isso porque, no momento, a Europa não possui disponíveis fontes de energia renovável suficientes para a produção de aço à base de hidrogênio.

A transição para meios mais limpos de produção de aço também poderá ter grandes implicações para a indústria mineradora, segundo analistas. A adoção disseminada da DRI com hidrogênio acabará com o uso do carvão metalúrgico, uma fonte significativa de renda para empresas como BHP e Anglo American. As siderúrgicas também serão forçadas a usar pellets de minério de ferro de alta graduação em vez dos “fines”, mais baratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/06/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Allan Ravagnani — Do Rio e de São Paulo

Título: BR vê boas oportunidades com abertura do refino

A BR Distribuidora acompanha com interesse os desdobramentos da venda das refinarias da Petrobras, que recebeu ontem as ofertas vinculantes pela RLAM, na Bahia. O presidente da BR, Rafael Grisolia, disse que vê com otimismo a abertura do mercado de refino e que a companhia espera se valer de sua posição de maior distribuidora de combustíveis do país para conseguir melhores condições contratuais nos próximos anos. Enquanto isso, a empresa já vem buscando diversificar sua base de fornecedores, por meio da importação.

Desde que foi privatizada, em meados do ano passado, a BR vem fortalecendo a sua área de comercialização. No primeiro trimestre, 23% do volume de gasolina e diesel da empresa foi suprido por importadores.

Grisolia explicou que a BR possui contratos curtos (de um ano, na média) com a Petrobras, o que lhe permitirá aproveitar eventuais ganhos com a abertura do refino assim que os novos entrantes chegarem. O executivo explica que a estatal, enquanto agente dominante, trata todas as distribuidoras de forma igualitária na hora de assinar seus contratos e que a BR quer buscar o seu “espaço de direito” por melhores condições, sem travas nas negociações.

“[A venda das refinarias] vai trazer um dinamismo ao mercado e traz oportunidades. Hoje a Petrobras trata todos os distribuidores de forma igual, devido a aspectos concorrenciais, corretamente... O que imaginamos é que, quando houver a venda das refinarias, esses contratos terão que ser revistos. A BR é, em geral, sempre a maior cliente de qualquer refinaria. Sendo [a empresa] a principal cliente, que condições negociais podemos ter em relação ao nosso perfil de crédito e de volumes?”, destacou Grisolia, ao participar da “Live do **Valor**” sobre os rumos da BR no mundo pós-covid-19.

Ele afirmou que as medidas de isolamento social impactaram profundamente o mercado, mas que as vendas dão sinais de recuperação. No caso do diesel, a demanda já voltou aos níveis pré-crise, dando um “sinal de otimismo” sobre a recuperação econômica. No mercado do Ciclo Otto (veículos que rodam com gasolina e/ou etanol), por sua vez, o consumo também melhorou, mas ainda se mantém 20% abaixo dos patamares anteriores à pandemia.

Segundo Grisolia, contudo, já há analistas que apostam na possibilidade de que os volumes do ciclo Otto tenham até um “ganho marginal”, frente aos patamares pré-crise, na medida em que as pessoas optem pelos veículos particulares, em detrimento do transporte coletivo, na tentativa de se prevenir contra o vírus.

O executivo disse ainda que a administração da BR tem feito uma revisão do seu plano estratégico, frente à nova realidade do mercado pós-pandemia. Grisolia comentou que não se trata de “mudanças substanciais” nas atuais diretrizes da distribuidora, mas sim de incorporar ao planejamento alguns aprendizados trazidos pela pandemia. Ele cita que a crise atual mostrou ser possível reduzir o uso de escritórios, por meio do home-office - embora o trabalho remoto precise ser melhor estruturado - e reforçou a necessidade de se apostar em serviços delivey das lojas de conveniência. “A crise reforçou que temos que ter uma visão centrada no cliente”, disse.

Sobre a necessidade de redução de custos, Grisolia afirmou que o trabalho de reestruturação da BR pós-privatização tem ajudado a companhia a enfrentar o momento com mais tranquilidade. Ele citou que a empresa cortou o quadro pessoal de 5,4 mil trabalhadores (entre próprios e terceirizados) para cerca de 4 mil. Segundo ele, contudo, o enxugamento foi pontual e não há sinalização de novos cortes na mesma proporção. “[O corte já feito] dá segurança para olharmos para outras oportunidades de redução de despesas”, disse.

A BR é atualmente uma empresa de controle pulverizado. A Petrobras, principal acionista (37,5%), quer vender uma nova fatia de suas ações. Grisolia vê o movimento como natural. Questionado se a distribuidora teria a intenção de aproveitar o momento para emitir novas ações, o executivo negou. “Nossa estrutura de capital hoje é leve, temos uma baixa alavancagem e somos geradores de caixa.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/06/2020

Seção: Política

Autor: Paulo Roberto Netto, Pepita Ortega e Fausto Macedo

Título: Desembargador revoga pedido de prisão de ex-ministro e ex-deputado

Decisão beneficiou Silas Rondeau, Aníbal Gomes e outros dez investigados em operação sobre desvios na Eletronuclear

A Justiça Federal aceitou um habeas corpus e revogou ontem à noite a prisão temporária de 12 pessoas que foram alvo da Operação Fiat Lux, da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Entre os alvos de pedido de prisão temporária determinadas pelo juiz Marcelo Bretas estavam o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o ex-deputado Aníbal Ferreira Gomes. Ao justificar a revogação das prisões, o desembargador Ivan Athié afirmou que “a prisão temporária, nos termos em que decretada, viola o princípio constitucional da não auto incriminação e da presunção de inocência”.

O habeas corpus foi proposto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) pelo advogado Fernando Fernandes, que representa Ana Cristina da Silva Toniolo, filha do ex-presidente da Eletronuclear almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, outro alvo de ontem. Rondeau, Gomes, Ana Cristina e outras nove pessoas, entre empresários e ex-executivos da Eletronuclear, são acusadas pelo Ministério Público Federal (MPF) de participar de um esquema de pagamento de propinas sobre contratos da estatal. A força-tarefa da Lava Jato pediu o sequestro de R\$ 207,8 milhões em bens dos alvos da operação. O valor corresponde a danos materiais e morais causados pelos envolvidos, diz a Procuradoria.

A ofensiva tem como base a colaboração premiada de dois lobistas ligados ao MDB, Jorge e Bruno Luz, que foram presos em 2017 na Operação Blackout, 38.^a fase da Lava Jato. Segundo o MPF, as delações revelaram pagamento de vantagens indevidas em pelo menos seis contratos firmados pela Eletronuclear. Os recursos eram desviados por meio de subcontratação fictícia de empresas de serviços e offshores, que por sua vez distribuíam os valores entre os investigados.

Defesas. Em nota, o advogado Fernando Fernandes, que defende Othon, afirmou que “a decisão proferida de prisão temporária da filha se revela uma insistente ofensa à justiça”. “Em razão da proibição pelo Supremo Tribunal Federal das conduções coercitivas, o Judiciário de primeira instância está usando prisão temporária para depoimentos. Uma forma de descumprimento da decisão do STF”, criticou o defender. As defesas dos demais citados na operação não foram localizadas para comentar o caso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/06/2020

Seção: Poder

Autor: Catia Seabra e Nicola Pamplona

Título: Ex-ministro de Lula é alvo de pedido de prisão da Lava Jato

Silas Rondeau, investigado na Eletronuclear, conseguiu revogar a decisão após operação da Polícia Federal

Rio de Janeiro- O ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau foi apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como integrante do núcleo político de uma organização que fraudou contratos da Eletronuclear, estatal responsável pela operação das usinas nucleares brasileiras.

O juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro, chegou a emitir mandado de prisão contra ele e outros 11 alvos da operação Fiat Lux, deflagrada pela Polícia Federal na manhã desta quinta-feira (25), mas a decisão foi revogada em segunda instância no fim da tarde.

Rondeau foi indicado pelo PMDB a cargos de comando no setor elétrico brasileiro durante o primeiro mandato do governo Lula (PT). Não foi encontrado pela PF durante o dia e era considerado foragido até a revogação da prisão.

Além de Rondeau, Bretas determinou a prisão temporária do ex-deputado Aníbal Gomes (DEM-CE) e Ana Cristina da Silva Toniolo, filha do ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro.

As investigações foram iniciadas com base em colaboração premiada dos lobistas Jorge Luz e Bruno Luz, pai e filho, também condenados pela Lava-Jato, que denunciaram um esquema de pagamento de propinas em contas no exterior aos alvos operação.

O MPF afirma que os fatos narrados foram corroborados por provas coletadas por meio de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e tele-mático, além de relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

A força-tarefa sustenta que Rondeau e Gomes compõem o núcleo político da organização, ao conseguir apoio para a nomeação de Othon à Eletronuclear em troca de vantagens indevidas pagas por empresas contratadas pela estatal.

Com apoio do ex-presidente José Sarney, Rondeau presidiu a Eletrobras, controladora da Eletronuclear, entre 2004 e 2005. Assumiu o MME (Ministério de Minas e Energia) em 2005 e ficou no cargo até 2007, quando pediu demissão após suspeitas de recebimento de R\$ 100 mil em propina.

O núcleo econômico seria formado, segundo os procuradores, por Nelson Aristeu Caminada Sabra e Álvaro Monteiro da Silva Lopes, que seriam responsáveis por negociar os pagamentos. Ex-diretor de planejamento da Eletronuclear, Pérsio José Gomes Jordani seria o responsável pela intermediação dos pagamentos.

Ana Cristina, a filha de Othon, é apontada como responsável pela lavagem do dinheiro. Ela já foi alvo de outras investigações da Lava-Jato sobre a Eletronuclear. A Procuradoria diz que os investigados receberam propinas de contratos assinados entre a Eletronuclear e cinco empresas, incluindo a francesa Areva, construtora e operadora de usinas nucleares.

As operações de busca e apreensão da operação ocorreram no Rio (capital, Niterói e Petrópolis), São Paulo e no Distrito Federal. A Procuradoria pediu também o seqüestro de bens dos envolvidos, no valor de R\$ 207.878.147,18.

Até o fim da tarde, quando as prisões foram revogadas, a PF havia cumprido seis mandados de prisão. Outros seis permaneciam em aberto, incluindo o de Rondeau e o do ex-deputado Aníbal Gomes.

A liminar que revogou a decisão foi obtida pelo advogado Fernando Fernandez, que defende Othon e sua filha Ana Cristina. Na decisão, o desembargador federal Antonio Ivan Athie alegou que “a prisão temporária, nos termos em que decretada, viola o princípio constitucional da não auto incriminação e da presunção de inocência”.

A Eletronuclear entrou no alvo da Lava Jato em 2015, quando Othon, então no comando da estatal, foi preso por suspeitas de fraude nos contratos para a construção da usina de Angra 3.

Em 2016, ele foi condenado por Bretas a 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, embaraço a investigações, evasão de divisas e organização criminosa. Na época, o almirante se dizia perseguido por “interesses internacionais” no setor nuclear brasileiro.

No mesmo ano, em operação batizada de Pripyat, Bretas autorizou a prisão temporária de cinco executivos da Eletronuclear acusados de receber propina da construtora Andrade Gutierrez em dinheiro ou por contratos fictícios com outras empresas.

Othon, que estava em prisão domiciliar na época, também foi alvo de um pedido de prisão preventiva, sob o argumento de que continuava mantendo influência na estatal. A força-tarefa pediu ainda o afastamento de seu sucessor no cargo, Pedro Figueiredo.

Com obras paradas desde 2015, Angra 3 é a terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio. É fruto de um acordo nuclear assinado com a Alemanha na década de 1970.

Com obras paralisadas desde 2015, Angra3 está hoje com 67,1% das obras civis completas, segundo a Eletronuclear. O projeto consumiu mais de R\$ 9 bilhões e precisa mais R\$ 15 bilhões para ficar pronto.

Em 2019, logo após aposse, foi alçada a prioridade pelo governo Jair Bolsonaro, sob o argumento de que o abandono da obra daria um prejuízo de R\$ 12 bilhões.

Procurado, o advogado de Silas Rondeau, Luis Alexandre Rassi, afirmou que entraria com habeas corpus contra a prisão de seu cliente, que acabou sendo beneficiado pela liminar em favor de Ana Cristina. Após a revogação, afirmou “que ainda há juízes no Rio de Janeiro”.

Responsável pela defesa de Othon e Ana Cristina, o Fernando Fernandes disse os mandados de prisão dela e de busca e apreensão na casa do pai revelam “insistente ofensa da Justiça e cravada falta de humanismo em meio à perda de milhares de brasileiros”.

“Coloca em risco a vida de policiais e de pessoas que já sofreram inúmeras buscas anteriores e foram soltas por ordem de habeas corpus”, disse o advogado, em nota.

A reportagem não conseguiu contato dos advogados dos outros citados. A Eletrobras, controladora da Eletronuclear, informou que se pronunciará por meio de fato relevante, o que não ocorreu até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/06/2020

Seção: Especial

Autor: Monica Prestes

Título: Garimpos avançam sobre unidades de conservação e Terras Indígenas

Relatório do Greenpeace com base no Deter alerta para avanço do desmatamento na Amazônia

Manaus - De janeiro a abril deste ano, 72% do desmatamento provocado por garimpos ilegais em atividade na Amazônia estavam concentrados em áreas protegidas, como Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (Tis), segundo apontam alertas de desmatamento do Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O desmatamento provocado pelos garimpos ilegais nas UCs aumentou 80,6% nos quatro primeiros meses de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado. Ao todo, a atividade garimpeira desmatou 487 hectares de floresta de janeiro a abril de 2019 e, neste ano, a área desmatada foi de 879 hectares.

Já a área de desmatamento para garimpos ilegais dentro de Tis da Amazônia aumentou 13,4% no período de janeiro a abril de 2020, em comparação com os mesmos quatro primeiros meses de 2019.

Os dados do Deter são o pano de fundo de um relatório que o Greenpeace divulgou nesta quinta (25). O documento aponta que garimpos estão expandindo áreas de desmatamento ilegal dentro de UCs e Tis da Amazônia em plena pandemia de Covid-19 e reúne registros fotográficos da devastação ligada ao garimpo ilegal em pelo menos quatro áreas protegidas federais.

Se, no ano passado, o garimpo foi responsável por desmatar 383 hectares nas Tis amazônicas, nos quatro primeiros meses deste ano a área desmatada nesses territórios foi de 434 hectares. De forma geral, o desmatamento nas terras indígenas aumentou 64% nos primeiros quatro meses de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019.

O cenário motivou o Ministério Público Federal (MPF) a entrar com ação exigindo medidas do governo federal contra a mineração ilegal em Tis, entre elas a TI Munduruku e a TI Sai Cinza, no Pará.

As quatro áreas mais desmatadas pelo garimpo na Amazônia nos primeiros quatro meses de 2020 são de gestão federal, segundo o Greenpeace: Parque Nacional (Parna) do Jamanxim, Floresta Nacional (Flona) de Altamira e as Tis Munduruku e Sai Cinza.

São imensas clareiras abertas no meio da floresta, com uma movimentação intensa de pessoas, maquinário pesado, veículos e uma ampla infraestrutura de estradas e até pistas de pouso improvisadas.

Todas ficam no Pará, estado que lidera o desmatamento na Amazônia e que registrou aumento de 170% nas áreas de alerta de desmatamento do Deter de agosto de 2019 a abril de 2020, em comparação com o mesmo período dos anos anteriores.

No Parna do Jamanxim, unidade de conservação de proteção integral onde a exploração mineral é proibida, foram detectados mais de 23 hectares de desmatamento provocados pela atividade garimpeira de janeiro a abril.

A Flona de Altamira se destaca negativamente no desmatamento ligado aos garimpos ilegais na Amazônia, apontou o Greenpeace. Lá, segundo alertas do Deter, foram desmatados mais de 13 hectares de floresta só nos primeiros quatro meses deste ano.

Entre as terras indígenas mais desmatadas em decorrência da atividade garimpeira na Amazônia em 2020, a TI Munduruku e a TI Sai Cinza, ambas habitadas pelo povo mundurucu, são as que mais preocupam. Juntas, as duas concentram 60% dos alertas de desmatamento para garimpo em TIs da Amazônia identificados pelo Inpe de janeiro a abril, aponta o Greenpeace.

Na TI Sai Cinza o desmatamento para garimpo começou neste ano, com pouco mais de 21 hectares desmatados de janeiro a abril. As imagens do sobrevoo realizado pelo Greenpeace dias 12 e 13 de maio, que flagraram a presença de tratores, retroescavadeiras hidráulicas e estradas abertas há pouco tempo, sugerem que o garimpo ali é recente.

Equipamentos e maquinário também foram fotografados na TI Munduruku, onde a situação é ainda mais alarmante: lá foram desmatados 241 hectares de floresta nos primeiros quatro meses de 2020, 58% mais que no mesmo período do ano passado, segundo dados do Deter.

A disputa entre garimpeiros e índios mundurucus existe há mais de quatro décadas. A primeira incursão de garimpeiros em busca de ouro começou em 1980, mas os indígenas expulsaram os invasores.

No entanto, em meados de 2010 os garimpeiros retornaram, invadindo terras ocupadas por dezenas de aldeias e cooptando índios para trabalhar no garimpo ilegal. Na TI Mundurucu os indígenas já perderam controle de parte do território. Agora, a preocupação tem mais um motivo: os casos de Covid-19.

Liderança mundurucu, Alessandra Korap defende a demarcação de todos os territórios indígenas como medida fundamental para a defesa dos direitos dos índios, mas reconhece que esse demorado processo não é suficiente para garantir isso.

“Por isso é que não somos a favor da legalização da mineração em Tis. Nem conseguiram concluir o reconhecimento de um território e já querem explorar”, disse Korap.

Para ela, o momento não é de discutir a mineração em terras indígenas, mas sim a homologação das Tis ainda não homologadas e a proteção das demais, de forma a proteger a população indígena, também, do coronavírus.

“Estamos fazendo uma campanha para montar um hospital de campanha dentro da aldeia, arrecadando material hospitalar, e vamos pedir ao Governo do Pará que contrate profissionais de saúde para atender na aldeia, porque os índios não querem vir para a cidade. Eles estão com medo”, afirmou.

Outra área protegida afetada que sofre com o aumento da pressão do garimpo ilegal é a TI Yanomami, nos estados de Roraima e Amazonas.

Temendo que a expansão da atividade garimpeira em meio à pandemia colabore para a disseminação de casos de Covid-19 entre indígenas, lideranças ianomâmi e ye'kwana lançaram a campanha #ForaGarimpoForaCovid que cobra a retirada dos mais de 20 mil garimpeiros da terra indígena.

A TI Yanomami está no ranking das mais vulneráveis para a Covid-19, segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que calculou que, no pior cenário, 5.600 dos 13.800 ianomâmis (40% do total) podem se infectar, e o número de mortes pode chegar a 896 indígenas.

Para a coordenadora da campanha Amazônia do Greenpeace, Carol Marçal, o cenário alarmante é reflexo de medidas adotadas pelo governo federal que flexibilizam a legislação ambiental e normas infralegais, enfraquecendo a proteção ambiental e violando direitos indígenas.

Entre essas medidas estão os Projetos de Lei (PL) 191/2020, que pretende permitir a exploração mineral e hídrica em terras indígenas, e o PL 2633/2020,

que, segundo o Greenpeace, vai permitir a legalização de grilagens feitas em terras públicas até dezembro de 2018.

Há ainda a instrução normativa 09/2020, da Fundação Nacional do índio (Funai), que está sendo contestada por lideranças indígenas de todo o país por, segundo elas, estimular a ocupação de territórios indígenas em processo de demarcação por não indígenas.

“Todas essas medidas têm um reflexo imediato, que é a intensificação dessas atividades ilegais”, afirmou Carol Marçal.

A Folha entrou em contato com o Ibama e a Funai, mas nenhum dos órgãos respondeu às perguntas até a conclusão deste texto.

MME / ASCOM .